

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos**ATIVISMO DE DADOS E PRODUÇÃO CIDADÃ DE DADOS EM FAVELAS CARIOCAS**

Letícia Vitoria Rodrigues Lima de Souza – IBICT/UFRJ, Brasil – leticiavrlsouza@ufrj.br -
<https://orcid.org/0009-0009-9821-2901>

Tainá Regly - UFRJ, Brasil - taina.regly@facc.ufrj.br - <https://orcid.org/0000-0002-5127-7013>

Patrícia dos Santos Costa - UFRJ, Brasil - patricia.costa@facc.ufrj.br - <https://orcid.org/0000-0002-4539-4352>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A produção crescente de dados por meio de tecnologias digitais tem alterado as formas de registrar, interpretar e representar territórios, ao mesmo tempo em que expõe disputas relacionadas ao controle da informação e à capacidade de diferentes grupos produzirem conhecimento sobre suas próprias realidades. A pesquisa analisa a produção cidadã de dados em três iniciativas desenvolvidas em favelas cariocas, discutindo suas relações com a autonomia informacional e a construção de conhecimento territorialmente situado. Adota abordagem qualitativa e exploratória, baseada na análise documental de páginas e materiais disponibilizados publicamente pelo CocôZap, Mapa Cultural da Rocinha e Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência. A investigação considera as etapas de coleta, armazenamento, tratamento, visualização e disseminação dos dados, articulando os achados aos conceitos de ativismo de dados, reapropriação técnica e soberania algorítmica. Os resultados mostram que os moradores assumem diferentes papéis na produção de informações sobre seus territórios e se apropriam das tecnologias para dar visibilidade a demandas, registrar saberes locais e sustentar formas de mobilização. Essas experiências, contudo, permanecem atravessadas por dependências financeiras e tecnológicas. Compreende-se, assim, que a autonomia informacional construída por essas iniciativas não é absoluta, mas se realiza na disputa pelo controle dos processos de produção e circulação da informação.

Palavras-chave: ativismo de dados; produção cidadã de dados; autonomia informacional; reapropriação técnica; favelas.

Abstract: The growing production of data through digital technologies has changed the ways territories are recorded, interpreted, and represented, while also revealing disputes over information control and the ability of different groups to produce knowledge about their own realities. This study analyzes citizen data production in three initiatives developed in favelas in Rio de Janeiro, discussing their relationship with informational autonomy and the construction of territorially situated knowledge. It adopts a qualitative and exploratory approach based on documentary analysis of websites and publicly available materials from CocôZap, the Rocinha Cultural Map, and the Popular Census, Self-Mapping and Social Cartography of Morro da Providência. The analysis considers data collection, storage, processing, visualization, and dissemination, relating the findings to data activism, technical reappropriation, and algorithmic sovereignty. The results show that residents take on different roles in

producing information about their territories and appropriate technologies to make local demands visible, register community knowledge, and support forms of collective action. These experiences, however, remain shaped by financial and technological dependencies. The study therefore understands informational autonomy not as an absolute condition, but as an ongoing dispute over the control of processes through which information is produced and circulated.

Keywords: data activism; citizen data production; informational autonomy; technical reappropriation; favelas.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem sendo marcada por profundas transformações impulsionadas pelo desenvolvimento e pela crescente inserção das tecnologias digitais em diferentes esferas da vida social nas últimas décadas. A expansão das tecnologias digitais possibilita e facilita a coleta, armazenamento e o processamento de informações, intensifica um cenário em que territórios, populações e práticas sociais passam a ser traduzidos em dados. Nesse cenário, os dados tornaram-se um dos principais recursos para a produção de conhecimento, a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões em diferentes esferas sociais.

A geração em massa de dados através de recursos tecnológicos como *internet* das coisas, dispositivos móveis e plataformas digitais fez com que as dimensões da experiência cotidiana fossem progressivamente transformadas em registros, passíveis de serem armazenadas, processadas e analisadas, criando métricas, categorias, indicadores e representações de mundo. Cabe ressaltar que no contexto social esse processo de geração de dados não ocorre de maneira neutra. Os critérios de produção, organização e interpretação dos dados refletem relações de poder que podem tanto reforçar desigualdades quanto criar oportunidades para a participação cidadã e a transformação social.

Para Milan e Gutiérrez (2015), esse cenário de abundância de dados deu origem a uma nova prática social, o ativismo de dados: um conjunto de ações que adota uma postura crítica frente ao big data, dividindo-se em duas frentes complementares. De um lado, o ativismo reativo, voltado à resistência contra a coleta massiva e a vigilância exercida por governos e corporações; de outro, o ativismo proativo, que se apropria dos dados e das ferramentas de tratamento de dados como recursos para o engajamento cívico e a transformação social. As autoras situam essa emergência na tradição das mídias cidadãs (Rodríguez, 2001), destacando que o traço que confere força a esse conceito é o foco no empoderamento e na política do cotidiano: é no exercício ativo de controle sobre as tecnologias que os sujeitos, inclusive os não especialistas, se tornam empoderados (Milan; Gutiérrez, 2015). Trata-se, assim, de devolver ao processo de coleta de dados os elementos de agência e disputa política que a automação tende a apagar.

Diante disso, modelos insurgentes de produção e gestão da informação surgem como expressões concretas desse ativismo de dados proativo, ao colocar em prática, a partir dos próprios territórios, a apropriação de ferramentas de coleta, tratamento e visualização de dados para fins de mobilização e incidência política. Peruzzo (2023) situa essa resistência no campo comunicacional, ao mostrar que a *internet*, apesar de ampliar o controle das *big techs* sobre dados e conteúdos, também revigora a comunicação popular, comunitária e alternativa, historicamente vinculada aos movimentos sociais e conduzida a partir de dentro dos próprios

territórios. É nesse sentido que se entende a autonomia informacional: como a conquista pela qual a tecnologia deixa de servir à vigilância e à subordinação para atender à inteligência coletiva e à emancipação dos indivíduos.

Essa busca por autonomia informacional encontra nas favelas brasileiras um terreno particularmente fértil, em que a invisibilização é motor para a resistência. Souza, Barbosa e Simão (2020) mostram que as favelas cariocas se constituíram a partir das políticas habitacionais excludentes, sendo historicamente estigmatizadas por uma imprensa que costuma reduzi-las a estatísticas de violência — apesar de esses territórios serem férteis em redes de solidariedade, inventividade e tecnologia social, o que lhes permite reivindicar para si o próprio conceito de cidade.

O abandono se manifesta na escassez e imprecisão dos dados quando coletados por fontes de fora da favela, e na invisibilização dos dados produzidos pelos moradores. É dessa lacuna informacional que emergem iniciativas comunitárias de produção de dados que, ao se apropriarem de tecnologias de informação e comunicação acessíveis, colocam em prática, no campo informacional, os mesmos princípios de soberania algorítmica (Silveira, 2022), reapropriação técnica (Faustino e Lippold, 2023) e comunicação descentralizada discutidos anteriormente.

Para Sérgio Amadeu da Silveira (2022), a separação entre os sujeitos e os sistemas tecnológicos que moldam suas vidas constitui um novo mecanismo de dominação — chamado de alienação técnica — que seria a “ignorância ativa sobre como funcionam as redes de criação, desenvolvimento e uso de tecnologias, na fé da completa ausência de importância de se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos” (Silveira, 2022, p. 45). Tal alienação é uma estratégia, mais que um efeito natural, já que as big techs blindam suas infraestruturas, algoritmos, protocolos, bases de dados e apresentam suas ferramentas como instrumentos apenas técnicos, ocultando as relações de poder e interesses geopolíticos envolvidos. Ao ocultar suas estruturas, as corporações reforçam a ideia de que operar tecnologias complexas é tarefa exclusiva de especialistas ou de grandes empresas, impondo uma posição de dependência a cidadãos, especialmente do Sul Global, impedindo a criação de novos repertórios técnicos para narrar a própria experiência e apagando saberes locais.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo **analisar a produção cidadã de dados a partir de três iniciativas desenvolvidas em favelas cariocas, discutindo suas relações com a autonomia informacional e a produção de conhecimento territorialmente situado**. Assim, essa pesquisa apresenta ferramentas de produção cidadã de dados em favelas a partir de projetos situados nesses territórios.

O *corpus* empírico desta pesquisa é composto por três iniciativas cariocas: o CocôZap, do *data_labe*, no Complexo da Maré; o Mapa Cultural da Rocinha; e o Censo Popular do Morro da Providência, realizado pelo SOS Providência e Região Portuária. Cabe situar esta investigação no campo da Ciência da Informação, para o qual a participação cidadã na geração de dados constitui uma das expressões mais relevantes da chamada ciência cidadã. Dantas e Albagli (2025) mapeiam o ativismo de dados no Brasil, mas indicam que a literatura sobre o tema ainda se concentra majoritariamente na conceituação do fenômeno, havendo poucos estudos que aprofundem os arranjos concretos de coleta, tratamento e disseminação de dados praticados por iniciativas comunitárias em seus territórios. É justamente diante dessa lacuna que esta pesquisa se insere, contribuindo com uma análise situada sobre a produção

de dados por comunidades historicamente marginalizadas no Brasil ao perguntar: como iniciativas de produção de ciência cidadã de dados desenvolvidas em favelas mobilizam TICs para produzir e disseminar informações sobre seus próprios territórios e em que medida contribuem para a autonomia informacional?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico parte do conceito de ativismo de dados, de Milan e Gutiérrez (2015): diante da abundância de dados gerados pelas tecnologias digitais, surgem práticas que vão da resistência à vigilância (ativismo reativo) à apropriação de dados e ferramentas como recursos de mudança social (ativismo proativo). As autoras ligam esse conceito à tradição das mídias cidadãs (Rodríguez, 2001), pois é no controle ativo sobre a tecnologia que os sujeitos, mesmo sem formação técnica, se empoderam (Milan; Gutiérrez, 2015).

Essa apropriação técnica tem uma face comunicacional, situada por Peruzzo (2023) como comunicação popular, comunitária e alternativa, prática antiga dos movimentos sociais conduzida de dentro dos territórios e que a era digital revigora de forma ambivalente. Nas favelas, essa lógica encontra respaldo no paradigma da potência proposto por Souza, Barbosa e Simão (2020), em vez de reduzir esses territórios à falta e à violência, os autores propõem abordá-los pela inventividade e pelas redes de solidariedade que ali se constroem, o que lhes permite reivindicar para si o próprio conceito de cidade.

Desse modo, o ativismo de dados, através da reapropriação de tecnologias, soberania algorítmica, comunicação popular e paradigma da potência convergem, assim, para um mesmo ponto: comunidades usando dados e tecnologia a seu favor, e não sendo usadas por eles. Aqui, a soberania algorítmica é um conceito central para a superação da alienação técnica pois envolve o aumento do controle das comunidades sobre o desenvolvimento de sistemas tecnológicos. Entende-se como primordial que a população tenha compreensão de como os algoritmos — que atualmente mediam as relações sociais e com o mundo — funcionam, quais são suas consequências na sociedade e quais relações de poder agem nesse contexto. Tendo isso em vista, a soberania algorítmica propõe apostar no desenvolvimento de uma inteligência computacional local, em vez de consumir soluções prontas (Silveira, 2022).

Essa reapropriação das tecnologias se refere à tomada das ferramentas e sistemas técnicos originalmente desenvolvidos como formas de dominação — coloniais e capitalistas — por sujeitos e comunidades subalternizadas e ressignificados para fins próprios, voltados à emancipação e à autonomia. Faustino e Lippold (2023), fazendo uma crítica hacker-fanoniana do colonialismo digital, apontam que, na perspectiva de Fanon, a relação com as tecnologias coloniais deveria ser pautada por meio da apropriação e transformação anticolonial. As transformações introduzidas pela ciência e tecnologia já fazem parte do cotidiano e do tecido social, não havendo perspectiva de retorno, mas a mesma tecnologia que serve à nova dominação colonial ou à antiga exploração capitalista pode ser reapropriada por quem historicamente está à margem, tornando-se instrumento de resistência, autodefesa informacional e produção de conhecimento popular.

Dantas e Albagli (2025) situam esse conjunto no campo da Ciência da Informação, ao aproximá-lo da ciência cidadã, mas apontam que a literatura ainda é mais conceitual do que

empírica - faltam estudos que olhem de perto como comunidades e organizações da sociedade civil brasileiras produzem dados na prática. É nessa lacuna que esta pesquisa se insere.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada em três etapas. A primeira consistiu na mobilização do arcabouço teórico de partida, construído a partir de conhecimentos acumulados em investigações anteriores e em um ciclo de estudos sobre tecnopolítica, os quais forneceram as categorias centrais para a análise das experiências selecionadas.

A seleção das iniciativas foi realizada a partir de pesquisa na plataforma WikiFavelas, em 22 de julho de 2026, adotada como fonte justamente por reunir um acervo dedicado à documentação de experiências em favelas e periferias. Foram consultadas as listas de verbetes indexados às palavras-chave “mapeamentos” e “cartografias”, a fim de identificar iniciativas relacionadas à produção de informações e representações sobre os territórios. A escolha das experiências considerou os critérios de (i) relação com produção cidadã de dados, mapeamentos ou cartografias sobre favelas e periferias; (ii) participação de moradores ou atores vinculados aos próprios territórios na produção das informações; e (iii) variação quanto aos objetivos e aos arranjos tecnológicos empregados, permitindo observar diferentes formas de produção, organização e circulação de dados. Foram selecionadas três experiências: o CocôZap¹, do data_labe, no Complexo da Maré; o Mapa Cultural da Rocinha²; e o Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência³. A delimitação do corpus em três projetos foi determinada para limitar a extensão do trabalho ao mesmo tempo em que permite explorar diferentes configurações de produção cidadã de dados em favelas.

A segunda etapa consistiu em pesquisa documental nas plataformas digitais das três iniciativas cariocas selecionadas como *corpus* empírico com o intuito de mapear suas tecnologias de informação e comunicação utilizadas. Também foram analisados demais materiais disponíveis publicamente na plataforma Wikifavelas. A pesquisa buscou identificar as ferramentas empregadas em cada etapa do fluxo informacional dos projetos — coleta, armazenamento, tratamento, visualização e disseminação dos dados — assim como seus objetivos, contexto de criação e produtos informacionais resultantes. Tais iniciativas foram selecionadas por produzirem mapas situados das favelas em que estão inseridos, abordando diferentes temáticas, mas com a participação primordialmente de moradores das áreas, gerando os dados sobre seus territórios. Todas as iniciativas contemplam favelas da área metropolitana do Rio de Janeiro, visto ser onde as pessoas autoras têm domicílio e por isso melhor acesso e familiaridade, podendo ter desdobramentos futuros no território brasileiro como um todo, com um número maior de iniciativas.

¹ <https://datalabe.org/cocozap/>.

² <https://www.falaroca.com/mapa/>.

³

https://wikifavelas.com.br/index.php/Censo_popular_automapeamento_e_cartografia_social_da_Provid%C3%Aancia. O censo não possui endereço web próprio.

Já a terceira etapa consistiu em uma análise sobre as formas de criação de dados dentro de favelas e periferias, os achados foram relacionados às categorias teóricas mobilizadas no estudo — ativismo de dados, reapropriação técnica, soberania algorítmica e comunicação popular/descentralizada — buscando identificar aproximações, tensões e limites presentes em cada experiência. O procedimento permitiu observar quais TICs são utilizadas e, principalmente, como, por quem e com quais finalidades as ferramentas empregadas são apropriadas. A análise foi realizada individualmente para cada iniciativa e, posteriormente, os resultados foram articulados de forma transversal, sem pressupor equivalência ou comparação direta entre os projetos. Buscando compreender em que medida essas experiências operacionalizam, na prática atual da produção de dados, os princípios de soberania algorítmica, reapropriação técnica e comunicação descentralizada discutidos na literatura, sem reduzir a singularidade de cada projeto a um denominador comum.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apreender melhor como esses projetos funcionam na prática, é importante detalhar como cada iniciativa coleta, organiza e divulga os dados produzidos pelos moradores, além de destacar as ferramentas utilizadas e as diferentes formas de participação comunitária envolvidas em cada uma delas.

O CocôZap foi idealizado em 2018 pelo data_labe, laboratório de pesquisas e jornalismo de dados sediado no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a partir da constatação de que os dados oficiais sobre saneamento básico nas favelas cariocas eram imprecisos, obsoletos ou inexistentes. O projeto parte do princípio de que os próprios moradores podem produzir dados qualificados sobre seus territórios. Os moradores participam registrando problemas — vazamento de esgoto, vala a céu aberto, falta de água — enviando uma mensagem pelo *WhatsApp*, com foto, áudio ou localização.

A plataforma central é o *WhatsApp* utilizada por meio de um chatbot e escolhida por já fazer parte do cotidiano da população além de estar incluída gratuitamente em muitos planos de operadoras de internet, reduzindo barreiras tecnológicas e econômicas. Os relatos recebidos são estruturados e categorizados em bancos de dados, passando por validação, limpeza e anonimização. Um sistema de informação geográfica georreferencia as ocorrências, sobrepondo-as aos mapas oficiais de saneamento. Por fim, canais como *site* e redes sociais tornam os dados visíveis por meio de mapas de calor, infográficos e relatórios abertos, sustentando tanto a prestação de contas à comunidade quanto a pressão sobre o poder público (Datalabe, 2026; Wikifavelas, 2026).

O CocôZap busca produzir dados comunitários sobre saneamento que complementem e questionem os dados oficiais além de formar moradores na coleta, tratamento e visualização de dados. A demanda por dados de qualidade sobre o território para mobilizar ações e políticas públicas de saneamento foi a faísca para a criação da iniciativa. Assim, a participação dos moradores na produção e no tratamento das informações com o objetivo de mudar seu ambiente evidencia a apropriação dos dados como recurso de engajamento cívico e transformação social, característica do ativismo de dados proativo (Milan; Gutiérrez, 2015). Ao utilizar uma ferramenta já incorporada ao cotidiano dos moradores — *WhatsApp* — o

projeto também exemplifica a reapropriação técnica, ao atribuir uma finalidade própria a uma tecnologia existente (Faustino; Lippold, 2023).

O Mapa Cultural da Rocinha envolve coletivos locais como o Rocinha em Foco e o apoio de instituições de ensino superior, como UFRJ e FGV — com o objetivo de contestar o viés midiático e estatal que associa as favelas prioritariamente à violência ou à escassez, reproduzindo o paradigma da ausência (Souza; Barbosa; Simão, 2020). O Mapa é um inventário colaborativo vivo das manifestações artísticas, históricas, gastronômicas e educativas da Rocinha, maior favela do Brasil. A participação se dá de duas formas: por meio de agentes de campo — pesquisadores-moradores que percorrem o território coletando dados via formulários, inclusive *offline* — e por meio de cadastro aberto, no qual os próprios moradores podem inserir e atualizar informações sobre iniciativas culturais. Esse modelo descentralizado faz da comunidade não apenas fonte, mas também curadora e mantenedora do acervo, favorecendo atualização contínua e representatividade das vozes locais. Com isso o projeto valoriza produtores locais, conectando-os a editais e redes de turismo comunitário e produz um acervo digital do território sob viés de potência.

O projeto é sediado na plataforma livre "Mapas Culturais", originalmente desenvolvida pelo Instituto TIM em parceria com o Ministério da Cultura, adaptada ao objetivo, que permite o cadastro descentralizado de agentes e espaços culturais. O georreferenciamento e a cartografia *web* (*Leaflet*, *OpenStreetMap*) criam camadas interativas que registram becos, vielas e travessias muitas vezes ausentes de mapas oficiais. A coleta em campo é feita por formulários de *crowdsourcing* (*KoboToolbox*, *Google Forms*), sincronizados posteriormente a um servidor central, enquanto repositórios multimídia (*WordPress*, *Omeka*) organizam acervos de fotos, áudios e vídeos documentais associados a cada ponto do mapa. Redes sociais complementam a divulgação e a mobilização comunitária (Fala roça, 2026; Wikifavelas, 2026).

Destacam-se a dupla forma de coleta do Mapa Cultural da Rocinha — agentes de campo e cadastro aberto — e o tratamento descentralizado dos dados, em que a própria comunidade é curadora do acervo. Essa configuração reforça a reapropriação técnica (Faustino; Lippold, 2023) de ferramentas originalmente externas ao território e materializa o paradigma da potência (Souza; Barbosa; Simão, 2020), na medida em que a visualização cartográfica passa a registrar becos, vielas e travessias ausentes dos mapas oficiais, disputando com o Estado a narrativa sobre o território.

O Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência nasceu como desdobramento de uma iniciativa anterior do grupo Moradores Monitores, que durante a pandemia já realizava um trabalho de mapeamento territorial e acompanhamento de casos de contágio na comunidade, diante do abandono estatal diante da crise sanitária e social. Dessa mobilização surgiu o SOS Providência e Região Portuária, comitê formado por lideranças locais. Os objetivos do Censo Popular — realizado a partir de chamada pública da Fundação Oswaldo Cruz — são fortalecer a organização de ações comunitárias já existentes; subsidiar reivindicações por melhor suporte estatal; e servir de instrumento nas disputas urbanas do território — visto que a Providência é no centro do Rio de Janeiro, onde ocorre processo de gentrificação com histórico de remoções.

A realização do Censo mobilizou um conjunto articulado de tecnologias sociais e digitais, sempre subordinadas ao princípio da "horizontalidade epistêmica" — a recusa de

hierarquizar o saber técnico-acadêmico acima do saber comunitário. A coleta de dados em campo foi feita por Moradores Monitores usando o aplicativo *KoboToolbox* (*KoboCollect*), escolhido deliberadamente para evitar ferramentas de big techs, mesmo que ainda dependesse de servidores da Amazon para armazenamento, evidenciando os limites práticos dessa autonomia tecnológica. Paralelamente, a construção da base cartográfica partiu de mapas oficiais do Instituto Pereira Passos, revisados e complementados por moradores antigos, um carteiro comunitário e uma agente de saúde da família, com apoio de ferramentas como *QGIS* e *QField* para geolocalização e produção de mapas impressos e digitais. A autoria de todo o processo foi coletiva: o SOS Providência e os próprios Moradores Monitores conduziram a definição das perguntas, a coleta em campo e a leitura territorial, com assessoria técnica do NEGRAM/IPPUR/UFRJ e financiamento da Fiocruz e da Ação da Cidadania (SOS Providência e moradores-monitores, 2026).

A própria criação de um censo comunitário, apesar da existência de levantamentos oficiais, reforça o paradigma da potência (Souza; Barbosa; Simão, 2020), ao afirmar a capacidade dos moradores de produzir conhecimento sobre o território a partir de suas próprias demandas e formas de organização. Além disso, o Censo Popular da Providência articula a instrução técnica dos moradores ao conhecimento produzido no próprio território a partir da participação dos Moradores Monitores na definição das perguntas, coleta e leitura territorial. Essa formação contribui para enfrentar a alienação técnica através da reapropriação (Silveira, 2022; Faustino; Lippold, 2023), ao ampliar o uso e a compreensão dos processos tecnológicos e informacionais nas favelas. Mesmo escolhendo o *KoboToolbox* em lugar de ferramentas de big techs na coleta para diminuir a dependência, houve a necessidade de utilizar servidores da Amazon, assim como o uso de tecnologias privadas nas demais iniciativas evidencia os limites e desafios da autonomia tecnológica dos projetos (Silveira, 2022).

Para realização das três iniciativas foi necessária a apropriação de tecnologias privadas, o que revela a dependência de infraestruturas estrangeiras. Se, por um lado, ferramentas digitais acessíveis permitem que os próprios moradores participem da produção, organização e circulação de dados sobre seus territórios, por outro, parte significativa desse processo ainda se apoia em infraestruturas tecnológicas sobre as quais essas comunidades possuem pouco ou nenhum controle. O uso do *WhatsApp* no *CocôZap*, do *Google Forms* no Mapa Cultural da Rocinha e a dependência de servidores da *Amazon* no Censo Popular da Providência, todos evidenciam que a reapropriação técnica não traz uma autonomia tecnológica plena. Por isso o ativismo proativo de dados (Milan; Gutiérrez, 2015) muitas vezes ocorre através da atribuição de novas finalidades a recursos tecnológicos disponíveis, e não pela substituição das infraestruturas existentes por novas soluções.

Assim, a perspectiva de Faustino e Lippold (2023) ajuda a compreender que a potência dessa reapropriação reside menos na recusa da técnica do que na capacidade de submetê-la a outros interesses e finalidades. Ao mesmo tempo, a permanência dessas dependências recoloca a questão apontada por Silveira (2022) em a soberania algorítmica envolve a utilização de tecnologias, bem como a ampliação do conhecimento e do controle sobre os sistemas que participam da produção da informação. As três iniciativas analisadas se encontram num ponto paradoxal, pois ampliam a autonomia informacional dos territórios ao

passo que não rompem com as infraestruturas tecnológicas que regem seus fluxos informacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a produção cidadã de dados a partir das iniciativas CocôZap, Mapa Cultural da Rocinha e Censo Popular da Providência, desenvolvidas em favelas cariocas, discutindo suas relações com a autonomia informacional e a produção de conhecimento territorialmente situado.

A partir da análise dos *sites* e dos materiais disponibilizados publicamente, foi possível identificar que o CocôZap organiza o fluxo informacional em torno de um *chatbot* de *WhatsApp* integrado a sistemas de informação geográfica. Através dele é realizada a coleta dos dados que, posteriormente, passam pelos processos de armazenamento, tratamento e representação gráfica. Tal instrumento possibilita que moradores participem da construção de registros relevantes para a comunidade, tornando visíveis problemas como vazamento de esgoto, vala a céu aberto, falta de água, dentre outros. Esse compartilhamento de informações pode colaborar para a mobilização da comunidade e expor a necessidade vigente de ação do poder público.

O Mapa Cultural da Rocinha como modelo de produção e gestão cidadã de dados fortalece a autonomia informacional, valorizando os saberes e práticas locais ao basear-se em uma plataforma de cartografia colaborativa alimentada por formulários de *crowdsourcing*, voltada ao registro do patrimônio cultural. No entanto, por ser um projeto de apoio institucional, sua sustentabilidade e continuidade dependem tanto de financiamento como da validação dos dados pelas políticas públicas.

O Censo Popular da Providência, como modelo de produção e gestão cidadã de dados, fortalece a autonomia informacional da comunidade, valorizando os saberes locais frente à hierarquia técnico-acadêmica tradicional. No entanto, por depender de financiamento externo e de infraestrutura tecnológica de terceiros, mesmo tentando evitar recorrer a *big techs*, demonstra que sua sustentabilidade e autonomia plena permanecem condicionadas por questões financeiras e de infraestrutura.

Assim, o trabalho não teve como intuito comparar as experiências, mas sim analisar o arranjo de geração de dados de cada uma delas, bem como sua contribuição no acesso à informação e no compartilhamento do conhecimento dentro dos territórios — as ferramentas de coleta, armazenamento, tratamento e visualização de dados e sua relação com os objetivos de cada projeto.

Analisar essas iniciativas em sua singularidade permite compreender os mecanismos que cada uma usa para enfrentar o histórico silenciamento de favelas, causado pela negação do acesso e da produção de informação sobre esses territórios. As formas de utilização dessas ferramentas são exemplos de fortalecimento da autonomia informacional nas periferias, e abordar cada tipo de uso tem o objetivo de não reduzi-las ao denominador comum da ciência cidadã.

Entende-se que as principais limitações desta comunicação residem no fato de que foram analisadas apenas as páginas públicas das instituições, o que pode não refletir fielmente o funcionamento dos projetos. Além disso, não há evidências sobre a percepção e opinião dos

moradores e não há demonstração de como as iniciativas impactam a população efetivamente.

Por fim, refletir sobre essas iniciativas demonstra que a produção, a organização e a circulação dos dados constituem um processo de ativismo de dados, e de comunicação popular, tensionando as relações de poder dentro desses territórios e valorizando os saberes e práticas informacionais, onde as comunidades usam dados e tecnologia a seu favor.

REFERÊNCIAS

COCÔZAP. Data_labe. Disponível em: <https://datalabe.org/cocozap/>. Acesso em: 20 jul. 2026.

DANTAS, Matheus Antonio Fontes; ALBAGLI, Sarita. Ativismo de dados e suas agendas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/2081. Acesso em: 25 jul. 2026.

FALA ROÇA. Mapa Cultural Da Rocinha. Disponível em: <https://www.falaroca.com/mapa/>. Acesso em: 20 jul. 2026.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

MILAN, Stefania; GUTIÉRREZ, Miren. Citizens' media meets big data: the emergence of data activism. **Mediaciones**, v. 11, n. 14, p. 120-133, 2015.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias. **Media & Jornalismo**, v. 23, n. 42, p. 23-38, 2023.

RODRIGUEZ, Clemencia. **Fissures in the Mediascape**: An International Study of Citizens' Media. Cresskill: Hampton Press, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022. p. 33-52.

SOS PROVIDÊNCIA E MORADORES-MONITORES. Censo popular, automapeamento e cartografia social da Providência. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Censo_popular_automapeamento_e_cartografia_social_da_Provid%C3%Aancia. Acesso em: 20 jul. 2026.

SOUZA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. **A favela reinventa a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

WIKIFAVELAS. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2026.